

**Relatório sobre a Cobertura Jornalística**  
**IV Reunião da REDSAN-PALOP, de 4 a 8 de Outubro de 2011**

Por Laura Bastos

[laurabastos4@gmail.com](mailto:laurabastos4@gmail.com)

Durante a IV Reunião da REDSAN-PALOP, em Lisboa, entre os dias 4 e 8 de Outubro, e como responsável da cobertura jornalística do evento, desenvolvi as seguintes actividades:

1 - Envio de um *press release* diário a anunciar os eventos relacionados com a Reunião e a apresentar os resultados decorrentes do trabalho das delegações durante o encontro;

- “Sociedade Civil dos Países Lusófonos em Portugal para Discutir Combate à Fome” (04-10-2011, enviado às 13: 22)
- “Organizações da Sociedade Civil dos PALOP discutem com FAO o Direito à Alimentação” (05-10-2011, enviado às 16: 11)
- “‘É Preciso Abrir Espaço para a Nossa Sociedade Civil’ afirma Secretário Executivo da CPLP (06-10-2011, enviado às 17:12)
- “A Soberania Alimentar como Alternativa à Actual Crise neste Sector” (07-10-2011, enviado às 17:31)

*NOTA: Juntamente com o press release, foram enviadas fotografias ilustrativas dos eventos.*

2 - Cobertura fotográfica dos eventos, incluindo sessões de capacitação/discussão realizadas no Hotel Zurich, Audiência com Secretário Executivo da CPLP e Colóquio realizado no Picoas Plaza

*NOTA: Um CD com a compilação da cobertura fotográfica será entregue à ACTUAR.*

3 - Revisão diária da imprensa escrita e Internet para acompanhamento da divulgação e notícias sobre os eventos tendo observado o seguinte:

- O Centro de Estudos Sociais anunciou o seminário de 7 de Outubro, parte do programa da reunião, através da newsletter da instituição, website e perfil na rede social *facebook*.

- O evento foi também referido na página de internet da REDSAN e ACTUAR, assim como no website da Embaixada de Cabo Verde.

- As notas de imprensa foram enviadas por e-mail para os principais órgãos de comunicação portugueses: Agência Lusa, Jornal Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Expresso, Sábado, Visão, Jornal Sol, Jornal i, Destak, Metro, RTP, Antena 1, TVI, SIC, TSF, IOLonline, Portugal Diário e Sapo Notícias.

**Posto isto, os resultados da cobertura jornalística são:**

- Durante os dias do evento, recebi telefonemas da Agência Lusa e TVI24 para conferir o horário e o local dos eventos.
- As notícias relacionadas com a reunião da REDSAN-PALOP foram exclusivamente elaboradas pela Agência Lusa, sendo que duas jornalistas desta agência estiveram presentes no seminário público de 7 de Outubro. Tendo a Agência Lusa como fonte, as notícias foram depois publicadas na Sapo Notícias, Angola Press, Jornal Impreso e num website especializado no tema da Segurança Alimentar (Food Security).
- A maioria das notícias centrou-se no seminário público de 7 de Outubro, no Centro de Estudos Sociais em Lisboa, tanto no seu anúncio (“Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono”, divulgado pela Sapo Notícias/Lusa, no dia 7 de Outubro, às 04:27), como nos resultados do evento. No que respeita a este último ponto, as notícias divulgadas centram-se na opinião dos convidados presentes (Pedro Krupenski, da OIKOS, e Flávio Valente, da FIAN). Quanto à situação vivida nos PALOP, foi ainda divulgada uma notícia pela LUSA que junta as ideias expressas por representantes da

ACTUAR (João Pinto) e de algumas delegações presentes (Guiné, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola).

- Além disso, foi também divulgada pela Lusa uma notícia centrada no contributo da REDSAN para a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (“Secretário Executivo recebe contributo de ONG para plano de segurança alimentar”, divulgada pela Sapo Notícias /Lusa, dia 7 de Outubro às 08:06). A notícia centra-se sobretudo nas palavras do Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira.

### **Observações Finais**

A reunião da REDSAN-PALOP não recebeu a atenção desejada por parte dos maiores órgãos de comunicação portuguesa. No entanto, o seminário público intitulado “Políticas de Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” foi a base de cinco artigos divulgados pela Agência Lusa, que constituíram as peças jornalísticas mais replicadas pelos outros órgãos de comunicação. Os artigos centraram-se sobretudo nas críticas ao governo português, às políticas internacionais no sector alimentar e na experiência dos PALOP no que respeita à matéria de segurança alimentar. O Secretário Executivo da CPLP recebeu também atenção por parte dos meios de comunicação tendo sido entrevista pela Agência Lusa.

## ANEXOS

### Jornal Impresso

<http://www.jornalimpresso.com/?p=17461>

## **Segurança Alimentar: Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono**

Sexta-feira, 07 Outubro 2011 | 11:20

**O colóquio internacional “Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” realiza-se hoje na sede, em Lisboa, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.**



Foto: DR

O evento terá dois painéis principais, “Crise e reforma do sistema alimentar” e “Situação e perspetivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil”, contando com a participação de entidades de quase todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR.

Na véspera do colóquio, o secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) daqueles países e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona.

A estratégia para a segurança alimentar na CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

**Fonte: Sapo Notícias / Lusa**

## **Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono**

07 de Outubro de 2011, 04:27

Lisboa, 07 out (Lusa) -- O colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" realiza-se hoje na sede, em Lisboa, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

O evento terá dois painéis principais, "Crise e reforma do sistema alimentar" e "Situação e perspectivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil", contando com a participação de entidades de quase todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR.

Na véspera do colóquio, o secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) daqueles países e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona.

A estratégia para a segurança alimentar na CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

ARA/CSR.

**Lusa/Fim**

## **Secretário executivo recebe contributo de ONG para plano de segurança alimentar**

07 de Outubro de 2011, 08:06

**O secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se hoje em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona, informou o responsável do bloco.**

Simões Pereira declarou à Agência Lusa que "esteve presente no encontro um conjunto de ONG dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)" e essa rede da sociedade civil foi apresentar a sua "contribuição" em relação à estratégia para a segurança alimentar do bloco lusófono.

Segundo o secretário-executivo, "na última reunião do conselho de ministros (em julho), em Luanda, foi aprovado um documento que define uma estratégia da CPLP para a segurança alimentar e que está a ser coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola (Afonso Pedro Canga)."

O secretário-executivo acompanhará o ministro angolano no dia 18 de outubro, na apresentação do plano de segurança alimentar da CPLP no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma.

Domingos Simões Pereira referiu que, na reunião de hoje, essa rede de ONG ligada à segurança alimentar nos países lusófonos partilhou com a CPLP a sua visão sobre o tema.

"Surpreendeu-nos com um contributo escrito, muito bem elaborado, que irá enriquecer esta apresentação (na FAO), não só em termos de conteúdo, mas também para podermos fazer presente essa visão da sociedade civil", acrescentou Simões Pereira.

Paralelamente, na sexta-feira, realiza-se o colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, na sua sede de Lisboa.

O evento terá dois painéis principais, "Crise e reforma do sistema alimentar" e "Situação e perspetivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil", contando com a participação de entidades da área dos países da CPLP.

A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR).

CSR.

Lusa/fim

## **OIKOS diz que Governo quer transformar cooperação em instrumento das empresas**

07 de Outubro de 2011, 16:28

Lisboa, 07 out (Lusa) - O diretor de desenvolvimento da OIKOS, Pedro Krupenski, disse hoje que o Governo se prepara para transformar a cooperação em instrumento de internacionalização da economia portuguesa, esquecendo os compromissos assumidos em matéria de ajuda ao desenvolvimento.

"Apesar de ainda não ter sido tornada pública a nova estratégia da cooperação portuguesa, os sinais que têm surgido permitem antever um cenário assustador. Tudo aponta para que a cooperação para o desenvolvimento seja política, orgânica e financeiramente convertida em instrumento de internacionalização da economia portuguesa e de captação de investimento estrangeiro para Portugal", disse Pedro Krupenski.

O responsável da OIKOS, que falava hoje em Lisboa numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, referia-se ao estudo recentemente apresentado sobre a internacionalização da economia portuguesa, que prevê um reforço da estrutura do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento(IPAD).

"Por mais que se trate de um imperativo nacional para que Portugal supere a crise económica, não pode ser feito à custa da cooperação para o desenvolvimento, esquecendo todos os compromissos que Portugal assumiu direta ou indiretamente para com os destinatários da ajuda portuguesa ao desenvolvimento", acrescentou.

Numa intervenção subordinada ao tema "Soberania Alimentar na Cooperação Portuguesa", Pedro Krupenski considerou que, na estratégia para a cooperação portuguesa aprovada em 2005, a orientação em matéria de segurança alimentar "é curta e pouco concreta", elencando o problema sem adiantar soluções.

O responsável adianta que a segurança alimentar estava incluída na estratégia para o desenvolvimento rural no âmbito do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento, a única que ainda não foi concluída.

"Lê-se daqui o nível em que está a segurança alimentar na escala das prioridades da cooperação portuguesa", referiu.

Pedro Krupenski avançou ainda dados sobre a percentagem da ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento canalizada para a agricultura, silvicultura e pescas, que em 2010 se situou entre os 1,2 por cento destinados a Timor-Leste e os 2,7 por cento canalizados para Angola.

O diretor de desenvolvimento da OIKOS sublinhou, neste contexto, o trabalho feito pelas organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD) cofinanciado pelo IPAD.

De acordo com Pedro Krupenski, desde 2002 foram cofinanciados 11 projetos direta ou indiretamente ligados à segurança e soberania alimentar e ao direito à alimentação em Angola, Guatemala, Guiné-Bissau e Moçambique, por quatro ONGD.

Estes projetos representaram um investimento global de 1,2 milhões de euros.

Pedro Krupenski apelou ainda à "união de esforços e à sensibilização em torno do direito à alimentação" em Portugal e nos países parceiros da cooperação portuguesa.

"Não estamos, como é óbvio, a falar de uma campanha de recolha de "desperdícios" alimentares junto de restaurantes e/ou supermercados - por muito louváveis que essas iniciativas possam ser. O direito à alimentação é um direito humano. Protege o direito de todos os seres humanos a viver em dignidade, livres da fome, da insegurança alimentar e da malnutrição", disse.

A conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa é uma organização do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Lisboa.

CCF

<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13167044.html>

## **Procura internacional de terras acelera expulsão das populações e cria bolsas de pobreza e fome - ONG**

07 de Outubro de 2011, 17:51

Lisboa, 07 out (Lusa) - A procura de terras gerada pela crise financeira internacional está a acelerar a expulsão das populações nos países africanos, gerando bolsas de desemprego, pobreza e fome nas áreas urbanas, alertou hoje a organização de direitos humanos FIAN.

Segundo o brasileiro Flávio Valente, secretário-geral da Organização Internacional pelo Direito Humano à Alimentação (FIAN), "a sede pela terra aumentou muito com a crise financeira internacional".



"Nos últimos cinco anos, bancos, fundos de investimento e bolsas de valores interessaram-se muito pelo investimento na terra como um investimento com bom retorno e também pelos futuros do mercado de alimentos. Tudo isto está a impulsionar o processo de expulsão da terra principalmente nos países onde existe mais fome ou mais risco de fome", disse.

Flávio Valente, que falava hoje em Lisboa durante numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, adiantou que este é um processo comum a todos os países de África, aos países em transição na Europa oriental e a países da América Latina como a Colômbia ou a Bolívia.

"As elites africanas estão a dar terra em troca de investimentos, dizendo que as terras não têm ninguém, mas a verdade é que nas terras que estão a ser doadas vive gente que ali produz e sobrevive. Nos países africanos, 80 por cento das pessoas dependem da agricultura para sobreviver e quando essas pessoas forem desalojadas das terras serão despejadas nas cidades, criando grandes favelas. As pessoas vão ficar desempregadas e não terão como produzir alimentos", acrescentou.

De acordo com Flávio Valente são cerca de 200 milhões de hectares de terras que estão a ser "doados às multinacionais para a produção de alimentos o que está a levar ao deslocamento das pessoas e ao seu futuro empobrecimento".

O responsável da FIAN adiantou que a maior parte das terras é cedida através de concessões de 90 ou 99 anos na expectativa de que o investimento externo significará desenvolvimento local.

"O que acontece é que as grandes empresas que se instalam empregam poucos locais, deslocam as pessoas, eliminando a sua possibilidade de produzir alimentos e o benefício para as populações é mínimo", sublinhou.

Nos países africanos lusófonos, Flávio Valente diz que existem vários casos documentados destas doações e concessões em Angola e Moçambique a empresas brasileiras e chinesas.

"Temos ouvido falar de casos também na Guiné-Bissau, mas não temos a comprovação", disse, ressaltando que os governos não têm qualquer interesse na divulgação destes dados que as organizações de direitos humanos só conseguem identificar quando surgem nas bolsas de valores como propostas de investimento.

Flávio Valente adiantou que na próxima semana serão alvo de negociação nas Nações Unidas diretrizes globais para os governos sobre posse e titularidade de terras para proteger as comunidades tradicionais.

A organização deverá lançar ainda em novembro uma campanha contra a apropriação de terras pelas companhias transnacionais.

# Guiné-Bissau apresenta grandes problemas devido à fragilidades das instituições

08 de Outubro de 2011, 09:45

Lisboa, 08 out (Lusa) -- A Guiné-Bissau é dos países da CPLP que apresenta grandes problemas no que se refere à segurança alimentar, sobretudo pela fragilidade das suas instituições públicas, disse um responsável da Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), ONG que tem sede em Coimbra.

"A Guiné-Bissau é um país muito problemático (no âmbito da segurança alimentar), porque tem uma fragilidade por parte do seu Estado e das suas instituições públicas", disse o responsável da ACTUAR, João Pinto.

João Pinto falou à Agência Lusa à margem do colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", que se realizou na sexta-feira, em Lisboa.

Para Carlos Rui Ribeiro, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN), um dos grandes problemas da Guiné-Bissau é a "extrema dependência do país da produção de castanha de caju", o que leva à importação de parte dos alimentos, sobretudo o arroz, base da alimentação dos guineenses, para além da instabilidade política no país.

João Pinto referiu ainda que, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe é o único membro que ainda não tem uma estratégia nacional de segurança alimentar, o que é preocupante.

Maria Odete Aguiar, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN), disse durante o colóquio que a RESCSAN tem promovido capacitação e informação de líderes comunitários nas zonas rurais, ajudando na melhoria das infraestruturas e na transformação dos produtos locais.

A responsável revelou ainda que "a modificação dos hábitos alimentares locais tem gerado, recentemente, a subnutrição em crianças são-tomenses."

Em Moçambique, segundo Pedro Messias -- da Rede de Organizações para Soberania Alimentar de Moçambique/ROSA -, há quatro milhões de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar, resultantes do conflito de terras, da falta de acesso ao crédito agrícola, do problema das infraestruturas e do acesso aos recursos naturais como a água.

Messias acredita que, apesar dos esforços do Governo nesta área, é ainda necessário "uma concertação das instituições públicas, da sociedade civil, do setor privado para se decidir onde, quando, como e o que se deve concentrar esforços" para garantir a segurança alimentar dos moçambicanos.

Para Belarmino Jelembi, da Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em Angola a agricultura familiar foi preterida em relação às grandes propriedades agroindustriais e o plano de segurança alimentar do Governo angolano, apesar das melhorias que produziu, continua com muitas falhas, sendo ainda o êxodo rural uma realidade no país.

Jelembi referiu que dados estatísticos de 2009 revelam que "36,6 por cento da população vive na pobreza extrema, sendo que 58,3 por cento destas pessoas estão a viver no campo".

As ONG presentes no colóquio em Lisboa entregaram, na quinta-feira, um documento ao secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, com sugestões para a estratégia regional de segurança alimentar da CPLP.

Entre as sugestões estão a inclusão de outros segmentos agroalimentares a serem apoiados, como a pesca, a pecuária e o extrativismo; a garantia de um papel definido da sociedade civil neste plano, a introdução de um orçamento definido para a implementação dessa estratégia, e o reforço do papel da mulher como elemento fundamental neste contexto.

A estratégia para a segurança alimentar e nutricional da CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

CSR.

Lusa/fim

## **Food Security (website)**

<http://foodsecurity.wordpress.com/2011/10/06/coloquio-internacional-politicas-e-cooperacao-para-a-soberania-alimentar-na-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/>

### ***Colóquio Internacional Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa***

Posted on October 6, 2011 by evalafrica

7 de Outubro de 2011, 09h30, CES-Lisboa, Picoas Plaza, Rua do Viriato 13, Lj. 117/118

**Enquadramento**As significativas alterações que se verificaram no sistema agro-alimentar mundial nas últimas décadas têm levado inúmeros países a trabalhar na formulação e implementação de políticas que promovam a soberania e a segurança alimentar em cada contexto nacional, numa perspectiva de realização progressiva do direito à alimentação.A nível global, o processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS) e a discussão sobre o futuro quadro estratégico global para a segurança alimentar demonstram a necessidade de se repensarem mecanismos de governança que tornem a luta contra a fome mais efetiva.Neste contexto, e tendo em atenção a actual reformulação da política e estruturas de cooperação para o desenvolvimento por parte de Portugal, bem como a decisão da CPLP de avançar com uma Estratégia de Segurança Alimentar, entende-se oportuno aprofundar as discussões sobre o direito humano à alimentação e as possíveis implicações, em termos de políticas públicas, da aplicação do conceito de soberania alimentar no espaço da CPLP.

Espera-se que, neste evento, esta discussão se faça a partir da visão de actores ligados a organizações multilaterais internacionais, governos, sociedade civil e organizações de investigação, oriundos, também, de diferentes países.

## **Angola Press**

[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2011/9/40/Procura-internacional-terras-acelera-expulsao-populacoes-ONG,9f6b5441-9202-4df8-86a0-a72dc680af5c.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2011/9/40/Procura-internacional-terras-acelera-expulsao-populacoes-ONG,9f6b5441-9202-4df8-86a0-a72dc680af5c.html)

07-10-2011 19:21

### **África**

#### **Procura internacional de terras acelera expulsão de populações -ONG**

Lisboa - A procura de terras gerada pela crise financeira internacional está a acelerar a expulsão das populações nos países africanos, gerando bolsas de desemprego, pobreza e fome nas áreas urbanas, alertou hoje (sexta-feira) a organização de direitos humanos FIAN, notícia a LUSA.

Segundo o brasileiro Flávio Valente, secretário-geral da Organização Internacional pelo Direito Humano à Alimentação (FIAN), "a sede pela terra aumentou muito com a crise financeira internacional".

Nos últimos cinco anos, bancos, fundos de investimento e bolsas de valores interessaram-se muito pelo investimento na terra como um investimento com bom retorno e também pelos futuros do mercado de alimentos. Tudo isto está a impulsionar o processo de expulsão da terra principalmente nos países onde existe mais fome ou mais risco de fome", disse.

Flávio Valente, que falava hoje em Lisboa durante numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, adiantou que este é um processo comum a todos os países de África, aos países em transição na Europa oriental e a países da América Latina como a Colômbia ou a Bolívia.

"As elites africanas estão a dar terra em troca de investimentos, dizendo que as terras não têm ninguém, mas a verdade é que nas terras que estão a ser doadas vive gente que ali produz e sobrevive", lamentou.

Segundo o orador, "nos países africanos, 80 por cento das pessoas dependem da agricultura para sobreviver e quando essas pessoas forem desalojadas das terras serão despejadas nas cidades, criando grandes favelas (musseques). As pessoas vão ficar desempregadas e não terão como produzir alimentos".

De acordo com o palestrante, cerca de 200 milhões de hectares de terras que estão a ser "doados às multinacionais para a produção de alimentos o que está a levar ao deslocamento das pessoas e ao seu futuro empobrecimento".

O responsável da FIAN adiantou que a maior parte das terras é cedida através de concessões de 90 ou 99 anos na expectativa de que o investimento externo significará desenvolvimento local.

"O que acontece é que as grandes empresas que se instalam empregam poucos locais, deslocam as pessoas, eliminando a sua possibilidade de produzir alimentos e o benefício para as populações é mínimo", sublinhou.

### **Angola Press**

[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2011/9/40/Guine-Bissau-apresenta-grandes-problemas-segurnca-alimentares,7eefbcf2-e826-4e7c-9b5d-56ce1600e2df.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2011/9/40/Guine-Bissau-apresenta-grandes-problemas-segurnca-alimentares,7eefbcf2-e826-4e7c-9b5d-56ce1600e2df.html)

08-10-2011 9:53

#### **CPLP**

#### **Guiné-Bissau apresenta grandes problemas de segurança alimentares**

Lisboa -- A Guiné-Bissau é dos países da CPLP que apresenta grandes problemas no que se refere à segurança alimentar, sobretudo pela fragilidade das suas instituições públicas, disse um responsável da Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), ONG que tem sede em Coimbra.

"A Guiné-Bissau é um país muito problemático (no âmbito da segurança alimentar), porque tem uma fragilidade por parte do seu Estado e das suas instituições públicas", disse o responsável da ACTUAR, João Pinto.

João Pinto falou à Agência Lusa à margem do colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", que se realizou na sexta-feira, em Lisboa.

Para Carlos Rui Ribeiro, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN), um dos grandes problemas da Guiné-Bissau é a "extrema dependência do país da produção de castanha de caju", o que leva à importação de parte dos alimentos, sobretudo o arroz, base da alimentação dos guineenses, para além da instabilidade política no país.

João Pinto referiu ainda que, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe é o único membro que ainda não tem uma estratégia nacional de segurança alimentar, o que é preocupante.

Maria Odete Aguiar, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN), disse durante o colóquio que a RESCSAN tem promovido capacitação e informação de líderes comunitários nas zonas rurais, ajudando na melhoria das infraestruturas e na transformação dos produtos locais.

A responsável revelou ainda que "a modificação dos hábitos alimentares locais tem gerado, recentemente, a subnutrição em crianças são-tomenses."

Em Moçambique, segundo Pedro Messias -- da Rede de Organizações para Soberania Alimentar de Moçambique/ROSA -, há quatro milhões de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar, resultantes do conflito de terras, da falta de acesso ao crédito agrícola, do problema das infraestruturas e do acesso aos recursos naturais como a água.

Messias acredita que, apesar dos esforços do Governo nesta área, é ainda necessário "uma concertação das instituições públicas, da sociedade civil, do sector privado para se decidir onde, quando, como e o que se deve concentrar esforços" para garantir a segurança alimentar dos moçambicanos.

Para Belarmino Jelembi, da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em Angola a agricultura familiar foi preterida em relação às grandes propriedades agro-industriais e o plano de segurança alimentar do Governo angolano, apesar das melhorias que produziu, continua com muitas falhas, sendo ainda o êxodo rural uma realidade no país.

Jelembi referiu que dados estatísticos de 2009 revelam que "36,6 por cento da população vive na pobreza extrema, sendo que 58,3 por cento destas pessoas estão a viver no campo".

As ONG presentes no colóquio em Lisboa entregaram, na quinta-feira, um documento ao secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, com sugestões para a estratégia regional de segurança alimentar da CPLP.

Entre as sugestões estão a inclusão de outros segmentos agro-alimentares a serem apoiados, como a pesca, a pecuária e o extrativismo; a garantia de um papel definido da sociedade civil neste plano, a introdução de um orçamento definido para a

implementação dessa estratégia, e o reforço do papel da mulher como elemento fundamental neste contexto.

A estratégia para a segurança alimentar e nutricional da CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de Outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.